

**EDcl no AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.139 - MG  
(2019/0331726-0)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**EMBARGANTE : AMON SAMUEL FERREIRA**  
**ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE SOUZA MACHADO - MG177478**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. ALEGADA EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I - São cabíveis embargos declaratórios quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

II - Verifica-se que o acórdão cuidou de forma exauriente da análise dos temas abordados, ressaltando que em relação a prisão preventiva o recurso ordinário em **habeas corpus** é mera **reiteração de pedido**, uma vez que a suposta ausência de fundamentação do decreto preventivo já foi analisada por esta Corte Superior por ocasião do julgamento do Recurso ordinário em **Habeas Corpus n. 114.694/MG, em 01/10/2019, e em relação as nulidades apontadas** o eg. Tribunal **a quo** não se manifestou acerca da **quaestio** ventilada na presente impetração, sob o fundamento de não ser a via adequada, fica impedida esta Corte de proceder à sua análise, sob pena de indevida supressão de instância.

Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator